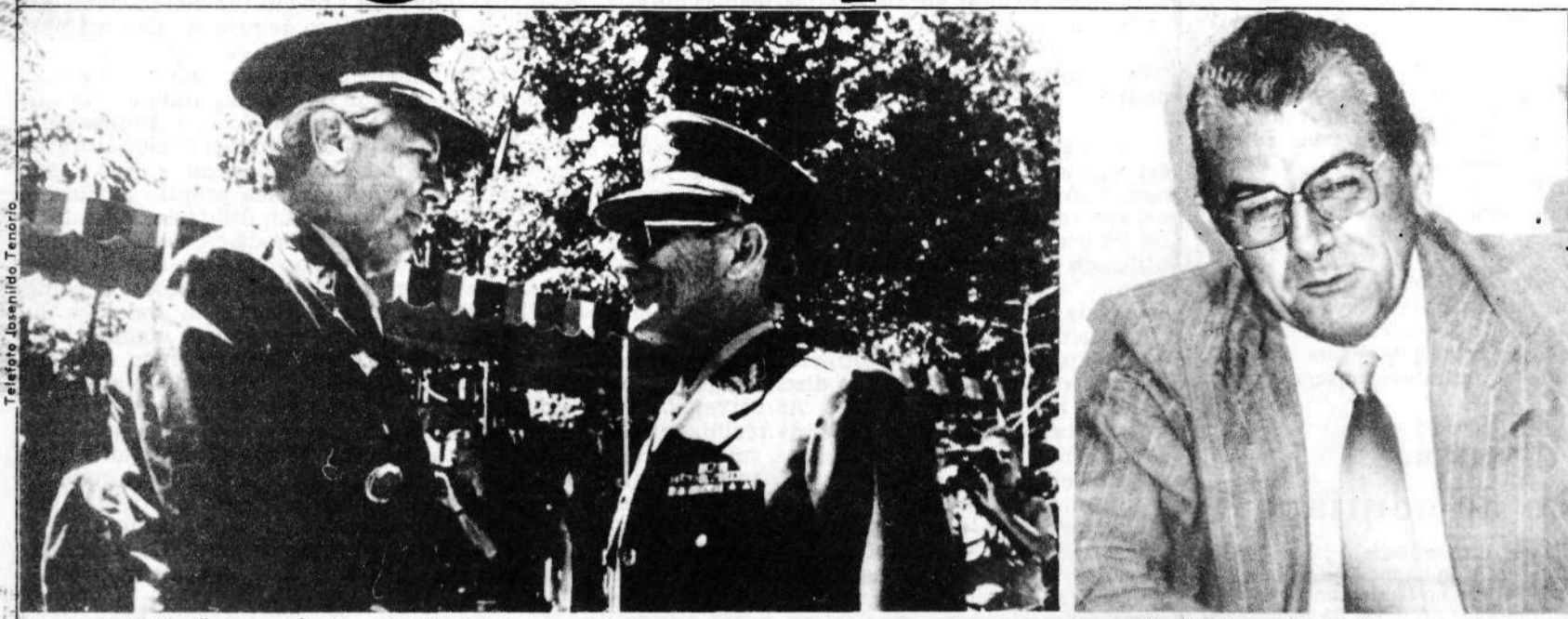


Política

CRISE

Se houver mesmo mudanças no calendário eleitoral, seria mais coerente a realização de eleições gerais em 1988. Ao dar essa opinião, o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, provocou fortes reações. No seu ministério e no da Aeronáutica, por exemplo, nem acreditaram na notícia.

O general prefere eleições gerais



O general Leônidas (à esquerda) agita, no Recife, debate sobre eleições.

Passarinho: "Não tem cabimento".

Os constituintes aceitam a tese. Mas votarão contra.

Muitos constituintes aceitam a tese das eleições gerais este ano, simultâneas com a escolha do novo presidente da República. Alguns condicionam a realização do pleito à forma de governo que vier a ser adotada, enquanto outros excluíam dele os governadores e deputados estaduais. Mesmo assim, a julgar pelos comentários, confidências e insinuações, a maioria não votará a favor de eleições gerais em novembro próximo pelo simples fato de não estar disposta a enfrentar nova campanha eleitoral e, conseqüentemente, seus gastos e problemas.

A maioria também tem opinião firmada sobre o assunto e não se deixa influenciar por declarações recentes de membros do governo admitindo eleições gerais este ano como uma saída para o impasse. Mas as opiniões mostram-se menos intransigentes quando o assunto é o mandato do presidente Sarney, e alguns constituintes, embora favoráveis a um mandato de cinco anos, admitem negociar.

O deputado José Costa, do PMDB de Alagoas e parlamentarista, é a favor das eleições em todos os níveis ainda este ano, observando que este deverá ser o resultado da Constituinte. Para ele, o fato de o general Leônidas Pires, ministro do Exército, ou do ministro Prisco Viana admitirem a realização de eleições gerais "reflete apenas o estado de espírito da grei situacionista. Afinal, o presidente Sarney disse várias vezes que a redução apenas do seu mandato tinha caráter punitivo e discriminatório e que a Constituinte se engrandeceria se aprovasse eleições gerais".

O senador José Richa, do PMDB do Paraná, condiciona a eleição geral à forma de governo. Se for mantido o presidencialismo, "a coerência nos manda vo-

tar a favor de uma emenda com esse objetivo", disse Richa, acrescentando que não adianta realizar eleições apenas para a Presidência da República. Já no sistema parlamentarista, explicou o senador, isso não tem importância porque o primeiro-ministro tem a possibilidade de constituir a maioria parlamentar.

Mas o deputado Pimenta da Veiga, do PMDB de Minas Gerais, quer eleições em todos os níveis este ano incondicionalmente: "Acho que devemos escolher novas pessoas, seja o regime parlamentarista ou presidencialista", acrescentou.

Já o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, entende que as eleições devem ser apenas para a Presidência da República e para os deputados federais e senadores, ficando de fora governadores e deputados estaduais. Ele justificou as eleições para os constituintes como uma "questão de ética". Já que pretendemos reduzir o mandato do presidente da República, devemos fazer o mesmo com o nosso, sobretudo se o regime adotado for o parlamentarismo. Nós podemos mudar o sistema de governo, mas para exercer esses novos poderes devemos renovar nossos mandatos."

O senador Jarbas Passarinho, do PDS do Pará, discorda, e explica que os parlamentares federais foram eleitos para uma Constituinte Congressional, não havendo necessidade de renovar seus mandatos. "Isso não tem cabimento", disse o senador, acrescentando ser também contrário à eleição de presidente da República neste ano. Só que, neste caso, ele admite rever sua posição, se for para acompanhar "uma aspiração irresistível da sociedade".

Em nenhuma hipótese o de-

putado Expedito Machado, do PMDB do Ceará, votará a favor de eleições em 88, seja para a presidência ou qualquer cargo eletivo. Ele argumenta que, ainda que a nova Constituição seja promulgada no primeiro semestre deste ano, será preciso aprovar a legislação complementar, "processo que não pode ser atrelado com eleições".

Também o senador Edison Lobão, do PFL do Maranhão, não admite em "nenhuma circunstância" votar a favor de eleições este ano, seja para presidente ou para qualquer cargo. "Sou contra, mesmo porque os deputados e senadores foram eleitos para cumprir o mandato inteiro. Além disso, a Constituinte pode legislar para o futuro, o que está fazendo, e não para o passado", frisou o parlamentar, ligado ao presidente José Sarney.

Nem o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, quer saber de eleições gerais, embora defenda as diretas para a Presidência da República. Ele explicou que o presidente Sarney foi eleito pelo Colégio Eleitoral, sob outro texto constitucional, enquanto os constituintes foram escolhidos através do voto popular. Ele também acha que as eleições gerais representariam "a diluição das instituições".

O deputado Ricardo Fiúza, um dos líderes do Centrão, não admite sequer conversar sobre o assunto e reitera sua posição a favor do mandato de cinco anos para Sarney e contrária às eleições gerais. "Isto seria um golpe", acrescenta o parlamentar do PFL de Pernambuco.

Iniciativa de Sarney

A salvação do País e do governo seria o presidente Sarney encaminhar ao Congresso pro-

posta de eleições gerais ainda neste ano — de presidente a vereador. Esta, pelo menos, é a análise feita por parlamentares de diversos partidos, como Oscar Correia (PFL-MG), Jorge Uequed (PMDB-RS), José Santana de Vasconcelos (PFL-MG) e Delfim Neto (PDS-SP). Santana tem emenda pronta neste sentido.

Oscar Correia acha que o presidente Sarney ainda poderá reverter o atual quadro, desfavorável ao seu governo, com uma medida de impacto, capaz de empolgar a opinião pública. "Ninguém ignora que a opinião das ruas é por demais instável. Os que hoje condenam Sarney amanhã poderão aplaudi-lo, se houver medidas que sensibilizem o povo", disse ele, citando como exemplo a aquisição de casa própria a juros zero. "Seria uma medida de impacto, capaz de devolver ao presidente da República o apoio e a simpatia da opinião pública", observou Oscar Correia.

Para o deputado Delfim Neto, essa medida de impacto deveria ser a convocação de eleições gerais por parte do governo: "Estou cansado de dizer isso. Se Sarney comparecer a uma rede nacional de rádio e televisão para dizer que tudo tentou mas não teve respaldo político suficiente e, em troca, reduziram apenas o seu mandato, o povo se sensibilizaria, aplaudiria o presidente e exigiria eleições gerais, de presidente a vereador. Ainda está em tempo", acrescentou o parlamentar paulista.

Para Oscar Correia, o maior obstáculo à aceitação parlamentar da tese de eleições gerais — "que já está conquistando a sociedade" — é a posição do partido majoritário, o PMDB. "O PMDB sabe que cairá muito se aceitar submeter-se a um novo teste eleitoral, sem o milagre do Plano Cruzado", afirmou.

O ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, causou polémica ontem ao defender, no Recife, eleições gerais em 1988.

Esquivo, embora bem-humorado, ele foi assediado pelos repórteres e acabou respondendo a esta pergunta: "O senhor acredita em eleições diretas em 1988?" "Essa decisão" — disse ele — "quem vai tomar é a Constituinte. Agora, eu acho que, se houver mudança nas regras, o mais coerente é que haja eleições gerais".

Em Brasília, a resposta foi imediata. O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima, declarou, por exemplo, ser favorável ao mandato presidencial de cinco anos como o mais eficaz para o País, e que qualquer opinião que confunda a situação atual é desnecessária. E altas fontes dos Ministérios da Aeronáutica e do Exército declararam não acreditar que o ministro do Exército tenha defendido eleições gerais para 1988. Segundo essas fontes, o pensamento do general Leônidas não corresponde a tais declarações.

O senador Marco Maciel (PFL-PE) declarou que as eleições gerais ainda este ano, defendidas pelo general Leônidas Pires, refletem o desejo da maioria da sociedade brasileira. Apesar desta constatação, o senador é particularmente contrário à proposta, contrariando inclusive bom número de pessoas de seu partido que, segundo afirmou, são favoráveis às eleições gerais. Marco Maciel ressaltou que as eleições gerais só se tornarão "infastáveis", e receberão seu apoio, caso seja aprovado o sistema parlamentarista na futura Constituição.

O deputado Delfim Neto (PDS-SP) disse que o general Leônidas Pires tornou-se agora "mais um para nossa campanha", referindo-se à proposta de eleições gerais. Delfim acrescentou que a posição do ministro do Exército não o surpreende, uma vez que considera normal que "um homem inteligente como ele tenha adotado essa posição".

O deputado Gastone Righi (PTB-SP) afirmou nunca ter tido dúvidas de que o general Leônidas é um democrata e que o considera um bom candidato à Presidência da República, se ocorrerem eleições em todos os níveis em 88. Gastone Righi defende as eleições gerais argumentando ser necessário uma "renovação dos quadros políticos".

O senador Mário Covas (PMDB-SP) não só é favorável às eleições presidenciais este ano, mas também admite a possibilidade de eleições em outros níveis. Porém disse não ver qualquer correspondência entre a duração do mandato do presidente Sarney e o dos constituintes. Segundo Covas, Sarney foi eleito para o fim específico de realizar a transição política do País.

O deputado Amaral Neto (PDS-RJ) manifestou-se contrário à proposta de eleições gerais. Ele disse apoiar o mandato de

cinco anos para o presidente Sarney, para "não dar nenhuma chance ao Brizola". Quanto ao apoio do ministro do Exército às eleições gerais o deputado surpreendeu-se e disse que "o mundo está mudado".

O senador Pompeu de Souza (PMDB-DF) se disse surpreso com o que ele chamou de "eleitoralismo militar", e afirmou que a posição do general Leônidas Pires coincide com a do presidente Sarney, ao "pretender igualar os mandatos populares com o presidencial, eleito via colégio eleitoral". Pompeu disse não ver motivos para eleições gerais este ano. O senador apóia, no entanto, eleições imediatas para presidente da República, porque, justificou, o presidente Sarney foi eleito apenas "para conduzir a transição".

O assunto chegou também à Assembléia Legislativa de São Paulo, onde o deputado Erasmo Dias (PDS) declarou que a idéia de eleições gerais em 88 "é um passamoleque da esquerda, que pensa que eleição é solução para a crise. Isso só iria conturbar ainda mais a vida do País, até porque os candidatos são os mesmos e os eleitores também".

A deputada Luíza Erundina, líder do PT, se disse a favor da tese, argumentando que o novo presidente passaria a governar com os eleitos de acordo com um novo quadro político. "Daria mais confiabilidade aos políticos, que caíram no descrédito junto à opinião pública".

Enquanto o líder do PMDB, Roberto Purini, seguiu a opinião de Erasmo Dias, dizendo-se contrário às eleições gerais, porque "iriam parar o País", o presidente regional do PDS, deputado Sílvio Martini, declarava que elas são a única solução para o Brasil. "É preciso reformular toda a estrutura política do País" — disse Martini, considerando que "será difícil para um presidente eleito agora governar com esse Congresso que está aí. Poderemos acabar tendo um novo Jânio Quadros, que renunciou argumentando que não podia governar com o Congresso de então".

Solenidade militar

O autor da polémica, general Leônidas Pires Gonçalves, esteve no Recife para presidir a solenidade de transmissão do Comando Militar do Nordeste, que passou do general Luis Peres Uruahy Neto para o general Hélio Pacheco. Embora, entre outras autoridades, estivessem presentes os governadores Miguel Arraes, de Pernambuco; Tarcísio Burty, da Paraíba; Geraldo Melo, do Rio Grande do Norte; e Antônio Carlos Valadares, de Sergipe, não houve discursos.

Mas o ministro do Exército, em sua rápida conversa com os repórteres, mostrou-se também preocupado com a lentidão dos trabalhos da Constituinte, que, segundo ele, está atrapalhando os empresários nacionais e estrangeiros: por causa da expectativa, eles estão indecisos na questão dos novos investimentos no País, segundo o general.

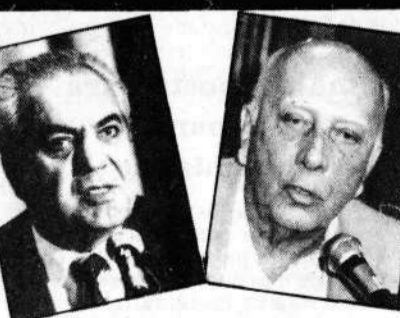
Um país quase ingovernável. E quase pronto para golpes.

O País, que está tornando-se ingovernável, pode ser recolocado em ordem pela força. "Eu espero que isso não aconteça", disse ontem no Senado José Richa, autor da previsão, "mas para isso precisamos tomar algumas urgentes providências políticas".

Em a parte a um discurso do líder do PDS, senador Jarbas Passarinho, o senador paranaense retomou algumas de suas declarações recentes, insistindo em que a ingovernabilidade virá a curto prazo, diante da possibilidade de uma hiperinflação combinada com a estagnação da economia "e a ausência de um plano econômico". E avançou, advertindo que essa combinação de infortúnios deixará o Brasil "disponível para pregações demagógicas e populistas, o que só adiará a solução dos problemas políticos". Além disso, previu, "na ausência de credibilidade política, a governabilidade pode ser restaurada através da força".

José Richa explicou que não estava falando "de um golpe de Estado para daqui a 90 dias", mas prevenindo e pedindo providências — que passam também pela Constituinte —, que devem ser tomadas no sentido "de evitar aquilo que me parece natural que aconteça".

Richa sustentou que "uma das coisas que podemos fazer é apressar a nova Constituição,



Richa, prevendo o caos; Ulysses, acreditando na Constituinte.

pois a falta de definições está contribuindo para agravar a situação da economia. Isto é responsabilidade nossa, nada tem a ver com o governo", insistiu o senador.

Passarinho concordou com Richa e também com o líder do PFL, Carlos Chiarelli, para quem "a Constituinte pode ser um elemento agravante no processo de desajuste da economia brasileira, mas não é por causa da Constituinte que estamos nessa situação de 47% de corrosão salarial, de uma geração de empregos de 1 milhão e 300 mil aquém das necessidades, de 365% de inflação anual e uma dívida interna de 5 trilhões e 500 bilhões de cruzados, com uma previsão de custos de 1 trilhão e 400 bilhões para sua rolagem, em 1988".

No final da tarde, o senador

José Richa voltou a falar sobre a sua previsão, esclarecendo que "não há nenhum indicio de golpe militar nem queremos que isto aconteça. Mas, se o País mergulhar na ingovernabilidade, no caos social, eu pergunto, qual a saída a não ser através da força? A saída para recolocar a ordem é a força e é isto que nós queremos evitar".

O senador disse que tem conversado com os militares e que a postura deles tem sido sempre muito lúcida. "Eles estão torcendo e ajudando para que haja saídas políticas para a crise mas é preciso que se diga que a saída não está do lado deles e sim do lado político e econômico", ressaltou. Ele não sabe se o problema mais grave enfrentado hoje pelo País é político ou econômico, "mas não há dúvida de que o início da saída do problema está no campo político".

Já o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, afirmou não acreditar nesse caos previsto pelo senador José Richa em virtude da difícil situação vivida hoje pelo País. Para ele, "a Constituinte será um instrumento poderoso que vai estabilizar a vida democrática do Brasil" e que "depois de promulgada a Constituição, todas as penumbras vão desaparecer e até lá não haverá problemas para a vida constitucional, social e política do País".